

A experiência de desenvolvimento mundial, é a prática do momento presente em especial; demonstra que a imprensa é uma instituição social poderosa que nunca e em parte nenhuma pode ser independente da sociedade. Lénine tinha razão ao afirmar que a imprensa é sempre engajada, traduz os interesses de determinadas forças sociais, o que também diz respeito em plena medida à nossa sociedade e à época presente.

Como partido governante e vanguarda política da sociedade, o PCUS fez e continuará a fazer os possíveis para que a imprensa sirva da melhor maneira os interesses do povo, o socialismo e o humanismo, tendo em conta, é claro, as tarefas que enfrentamos na actual etapa histórica. Eis a nossa resposta àqueles que gostariam de afastar a imprensa do partido. Não pode haver lugar a cedências nos princípios, a linha política e as orientações fundamentais determinam a orientação da imprensa. No resto, os comunistas e pessoas apartidárias que trabalham nos meios de comunicação social devem possuir total liberdade de criação e o direito de levantar problemas e defender os seus pontos-de-vista, de trabalhar de forma criativa e responsável. No nosso país as publicações periódicas são dirigidas, regra geral, por comunistas. Também grande parte dos jornalistas são membros do partido.

Porém, temos que verificar se os comités partidários fazem tudo o que é preciso para orientar ideologicamente e apoiar os jornalistas, apresentando-lhes, como é óbvio, exigências correspondentes. Não temos zonas fechadas à crítica e ao controlo social, e os meios de comunicação não são excepção.

Os profissionais do partido de diversos níveis não utilizam devidamente os meios de comunicação social para dar conhecimento aos trabalhadores das opiniões que defendem sobre os problemas candentes em debate na sociedade. As lacunas que aparecem são muitas vezes preenchidas com artigos de baixa qualidade. A iniciativa nesse plano deve pertencer aos funcionários do partido. Por outro lado, o Comité Central do partido foi informado que vários órgãos de imprensa recusam a publicação de opiniões diferentes das expressas pela redacção.

Quero lembrar aos trabalhadores da imprensa que o pluralismo

pressupõe a troca de opiniões, a comparação de pareceres e o debate. Devem seguir considerações ideológicas, e não simpatias ou relações de afeição pessoais.

Todas essas questões, que têm a ver com as relações entre o partido, o Estado, as organizações sociais e os órgãos de informação, levam-nos a reconhecer a necessidade de adoptar uma Lei da Imprensa, cujo projecto-de-lei será examinado em breve pelo Soviete Supremo da URSS.

Quero ainda abordar os problemas da vida interna do Partido.

Há quatro anos o partido optou pela democracia. Não nos enganámos, com o tempo verificámos que a democratização da vida interna é um instrumento eficaz para superar os problemas que o Partido enfrenta.

Porém, a democratização da vida partidária não é assunto meramente interno, dela depende a reestruturação da sociedade e a criação de um Estado de direito e de uma sociedade autenticamente civilizada. Só pela democratização o partido conseguirá integrar na sua política as diversas aspirações de várias camadas e grupos populacionais, mobilizá-los em torno dos objectivos e interesses da nação e garantir um consenso a nível do país. O problema ganha particular importância devido às peculiaridades do nosso sistema unipartidário.

Para conseguir a democratização consequente e profunda do partido é necessário ultrapassar rapidamente a sua estruturação como organização rígida e hierárquica, que aprova e emite directrizes e tem o monopólio da resolução de todos os problemas sociais. É preciso recuperar a natureza democrática do partido enquanto organização sociopolítica em autogoverno.

Sob essa óptica, o partido deve analisar seriamente o trabalho de todos os seus escalões, verificar com espírito crítico a actividade dos comités partidários, quadros dirigentes e militantes, consolidar as fileiras e melhorar a vida interna.

Com esse objectivo é necessário criar, a nível de organizações partidárias de base, uma atmosfera que corresponda ao ambiente existente na sociedade e aos problemas, necessidades e expectativas da população. Não devemos, camaradas, ficar de braços

cruzados perante o facto de muitas organizações do partido fazerem lembrar navios na bonança no momento em que a sociedade é dilacerada pelas paixões" choques de opiniões e comícios de massas. Os comunistas de Leninegrado constatarão-no com alarme e angústia. Para satisfazer o seu interesse e pronunciarse acerca dos problemas palpitantes, têm de ir aos comícios e clubes de discussão. Claro que nada há nisso de censurável, mas é muito mau que não possam debater nas suas organizações partidárias os problemas que preocupam toda a sociedade.

Os elementos dos organismos eleitos do partido permanecem, em última instância, à margem dos problemas candentes. O facto foi focado, inclusive por representantes de vários colectivos operários, no último plenário do Comité do PCUS da Região de Leninegrado. São coisas muito sérias. Com efeito, fazem parte dos organismos eleitos 5 milhões de pessoas que, na sua maioria, têm prestígio entre os comunistas, experiência política e desejam sinceramente contribuir para a causa comum. Além disso, os organismos em questão só foram formados há menos de um ano.

Que está na origem deste fenómeno? A inércia mental, o receio do novo, o medo de enfrentar problemas difíceis? Ou talvez o velho hábito de tomar decisões à porta fechada, num círculo restrito e em conformidade com as prescrições vindas da "cúpula"? Camaradas, vamos analisar o problema com franqueza. Num período de transformações revolucionárias e politização progressiva da sociedade, já não podemos pura e simplesmente manter o partido no estado actual.

Muitas células iniciarão em breve uma campanha de balanço e eleições. Noutras organizações de base, em que existem comités e secretariados, bem como nas organizações distritais, urbanos, regionais e republicanas, os dirigentes prestarão contas da actividade que desenvolveram. Será um momento oportuno para a discussão em ambiente de camaradagem partidária, para a análise minuciosa e sisuda do trabalho destas organizações para execução das tarefas enquadradas na perestroika. Convém ainda resolver as questões de quadros, promovendo a cargos dirigentes defensores enérgicos e convictos da perestroika, capazes

de pensar e de agir consoante a nossa época. Alguns comunistas realçam o significado do momento actual e a complexidade dos problemas enfrentados pelo partido e a sociedade, pelo que surgem a convocação de conferências das respectivas organizações do partido. Os Estatutos admitem-no, pelo que não há obstáculos à realização dessas conferências.

Vários outros assuntos deverão também ser esclarecidos no presente encontro, por se terem agravado bastante.

O partido e toda a sociedade debatem o problema da correlação entre a liberdade de opinião e a unidade de acção. Os comunistas procuram uma solução democrática para esta questão.

Numerosas organizações do partido resolveram durante anos automaticamente os problemas, mesmo os mais importantes, por votação simples e sem analisar a fundo as opiniões existentes. Semelhante prática empobreceu a vida partidária, estabeleceu um ambiente favorável a erros crassos, ao arbítrio e, em certos casos, mesmo à ilegalidade. Não pode haver justificações para tal situação, que só surgiu por estar em perfeita harmonia com o sistema administrativo-directivista. É nosso dever recuperar a visão autenticamente leninista de correlação entre a liberdade de opiniões e a unidade de acção, entre a democracia e o centralismo.

A existência de um clima de debate construtivo e análise de todas as alternativas, ambiente que o partido se esforça por estabelecer na sociedade, impõe à vida interna do PCUS determinada lógica. A unidade ostensiva e, de facto, fingida é hoje impossível e inútil. Em contrapartida, a unidade genuína implica necessariamente a liberdade de discussão, aceitando opiniões alternativas; de todos os aspectos da política do partido, implica o direito da minoria a pronunciar-se, inclusive acerca das decisões tomadas por maioria, com a condição de subordinação obrigatória da minoria à maioria.

Resumindo, devemos estabelecer no interior do partido um ambiente de camaradagem, em que qualquer militante possa defender livremente a sua posição, debater todos os problemas e confrontar todos os pontos de vista. Mas não é menos importante assegurar um trabalho enérgico e colectivo, em clima de amizade, para aplicação prática das decisões aprovadas. Ambas as normas, decorrentes da dialéctica,

revestem-se de igual significado para a vida partidária.

A disciplina partidária é um problema organicamente vinculado ao princípio acima exposto. Creio que ninguém duvida da necessidade vital de observar a disciplina na sociedade em geral e no partido em particular. Entretanto, todos estamos preocupados com o nível actual de disciplina, tanto no partido como na sociedade. Devemos agir resolutamente para melhorar a situação, a nível central e local, mas como? Alguns camaradas insistem com razão no reforço da disciplina, mas apostam numa "mão de ferro" e apelam a "medidas drásticas".

Apoíamos uma atitude mais exigente, mas a posição de força contradiz flagrantemente a essência das transformações em curso na nossa sociedade. Se o partido a seguisse, que exemplo daria ao povo?! Seriam conservados os elementos totalmente corroídos do sistema administrativo-directivista e a crise, que pretendemos vencer, agravar-se-ia progressivamente. Estou convicto de que a disciplina deve ser única e exclusivamente consciente, baseada no sentido de dever partidário, o que não anula, mas reforça, responsabilidade pelo trabalho confiado. É esta a maneira certa de colocar a questão e de agir nas organizações do partido.

A democratização do PCUS põe inevitavelmente na ordem do dia o problema das relações entre os seus organismos centrais, por um lado, e os partidos comunistas das repúblicas federadas e as organizações locais, por outro. Na época de predomínio dos métodos administrativo-directivistas caiu praticamente no esquecimento a tese de Lenine de que a luta pela unidade do proletariado deve coadunar-se com "a autonomia das organizações locais e regionais". O silêncio estabelecido em torno desta tese tinha alguma lógica, reflectia a prática de menosprezar as especificidades étnicas e de outra ordem das regiões, a necessidade de o partido ser flexível no trabalho com as diversas nacionalidades.

A perestroika tende a dar maior autonomia aos partidos comunistas das repúblicas federadas e às organizações partidárias locais. Os partidos de várias repúblicas têm razão em reclamar alguma autonomia. Camaradas, podemos solucionar esta questão já, sem aguardar o próximo congresso, pois os Estatutos do PCUS concedem-nos poder para tanto. Devemos eliminar todos os obstáculos à iniciativa dos comités partidários e delegar neles o direito de administrar numerosos assuntos organizativos, estruturais, relativos aos quadros e às finanças, etc.

É intolerável a propensão de alguns dirigentes locais para tentar coordenar